

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 11

28 de julho de 2020

(15:38 h – 16:35 h)

Ordem do dia:

- 1 – Informações;
- 2 – Avaliação dos trabalhos da Comissão realizados até à presente data;
- 3 – Preparação das audições e demais diligências a realizar a partir de setembro;
- 4 – Outros assuntos.

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: Emília Cerqueira (PSD)

Eurídice Pereira (PS)

Fabíola Cardoso (BE)

João Dias (PCP)

João Pinho de Almeida (CDS-PP)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, peço desculpa por este atraso de 10 minutos, mais motivado pelo trânsito, do que por outra coisa qualquer. Agora que temos quórum podemos iniciar a nossa reunião.

Eram 15 horas e 38 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta reunião destina-se, antes de mais, a prestar um conjunto de informações, a analisarmos o que já fizemos e a analisarmos o que queremos fazer em setembro, para que esta suspensão seja tão informada quanto possível.

Queria dar conta aos Srs. Deputados do seguinte: conforme terão percebido pelas notificações, quanto à audição agendada para ontem, foi-nos comunicada a impossibilidade de o Sr. Presidente de Junta estar presente. Ponderámos, ainda, a hipótese de fazer uma marcação, que seria muito em cima, pelo que acabámos por abdicar dessa marcação. No entanto, mantém-se a que está prevista para amanhã.

Relativamente às informações que gostava de prestar aos Srs. Deputados, estas têm que ver um pouco com o trabalho feito; até agora, fizemos sete audições, sendo que iremos realizar a oitava amanhã, isto tudo no mês de julho.

Até agora já nos fizeram chegar as atas, salvo erro, de sete reuniões, sendo que todas correspondem a audições. Tinha alguma expectativa de manter a promessa de surpreender o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira e de conseguirmos, talvez, até ao final da semana, ter mais algumas das audições já em ata. Não foi definida nenhuma prioridade especial e, portanto, os serviços têm vindo a seguir a ordem, sendo, como sabem, este final de sessão legislativa sempre muito carregado de iniciativas legislativas que urge finalizar, pelo que nos foi pedida aqui alguma tolerância, mas já percebi que

não precisamos de dar muita tolerância, porque os serviços estão muito em cima deste tema.

Queria também dar conta aos Srs. Deputados do seguinte: há um conjunto alargado de documentos que nos foi solicitado pelos vários grupos parlamentares, sendo que, neste momento, verdadeiramente em falta, relativamente àquilo que nos foi pedido, estão os documentos pedidos pelo PSD ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, os documentos pedidos pelo PSD e pelo PS à Câmara Municipal de Pedrógão Grande e, ainda, os documentos pedidos pelo PSD à Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, sendo que nos foi pedida prorrogação dos restantes para serem entregues.

Ou seja, temos já um conjunto muito alargado de documentos e pediria, até, aos serviços que fizessem chegar esta informação aos Srs. Deputados, para que tenham uma listagem atualizada do que está a acontecer e de qual é o conjunto de documentos pedido. Em bom rigor, como cada grupo parlamentar pede os seus, isto vai chegando, depois, naquelas catadupas de *e-mails* e, a certa altura, pode perder-se um pouco a ideia de conjunto; e, uma vez que já está feito este trabalho — e agradeço a colaboração que me deram, nesse sentido —, se calhar vale a pena fazer-vos chegar o que foi pedido, o que já chegou e o que falta chegar, para que saibamos quais são os documentos com que estamos a lidar.

Há uma outra questão, que tem vindo a ser colocada, que é o problema da calendarização das audições, porquanto temos aqui um critério base, que é seguir uma sequência, por grupo parlamentar. Neste caso PCP, PS, PSD, é esta a sequência; com o CDS temos uma exceção, porque o CDS pediu a audição da Presidente e ex-Presidente Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, cuja proposta de audição será para início de setembro, e pediu também a audição da Sr.^a Provedora de Justiça, que está dependente

do envio de um conjunto de documentos, e só por causa disso é que não foi agendada.

Relativamente ao agendamento das audições, tentando encontrar um equilíbrio, o nosso problema é o seguinte: se indicar, hoje — pretendo fazê-lo de forma mista, quase diria —, qual é o calendário das audições em setembro, numa base de reunirmos na terça, quarta e quinta, se uma das pessoas não puder, como já pré-agendei 12, vou ter de dar um salto de 20 pessoas. Parece que não faz muito sentido; a sequência devia ser, mais ou menos, mantida.

Assim sendo, pedi aos serviços e, pelo que estivemos a ver, vamos fazer propostas de audições até ao dia 24, indicando já as pessoas a ouvir, e, muito embora o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares diga o que diz, pode haver uma ou outra pessoa que não esteja disponível e, nessa altura, teremos mesmo de fazer um avanço de sete ou oito pessoas a ouvir. No entanto, de certa forma, isto também permitirá calendarizar com um pouco de segurança.

Assim, faria chegar esta informação aos grupos parlamentares, porque temos, como indicação da Mesa — e foi em função disso, também, que fui auxiliado —, as marcações do início do mês de setembro: dias 2 e 3, salvo erro, e dias 8, 9, 10, 15, 16, 17, 22, 23 e 24, na sequência de reunirmos às terças, quartas e quintas, nas horas que temos agendado, pelas 17 horas ou 17 horas e 30 minutos.

Neste momento continuamos ainda a lidar com indicações de audições de vários grupos parlamentares, seja do Partido Socialista, seja do PSD, seja do PCP, e mesmo do CDS. Chegará o momento em que, por falta de indicação, passaremos a agendar só dos dois grupos parlamentares que indicaram mais pedidos de pessoas a ouvir. Estamos a fazer agendamentos sequenciais, sendo que, apesar de tudo, os do PSD são potestativos e os

outros são votados em Comissão, o que não é exatamente o mesmo, do ponto de vista das datas.

Continuaremos a indicar por ordem sequencial, pelo que, e a bem dos nossos serviços, solicitava ao Grupo Parlamentar do PSD que, tanto quanto possível, nos desse alguma previsibilidade, porque, havendo alguém que queira uma data especial, nos termos da lei, ou alguém que queira passar para depois de um outro depoente, nos termos dos direitos que lhes são conferidos, teremos de ser informados, senão baralha completamente a sequência.

Esta é a metodologia que estamos a prever para setembro: indicar, até dia 24, sabendo que, se for seguida esta sequência, se alguém não puder, os outros já estão pré-indicados e o que não puder terá de dar um salto de oito, nove ou 10 pessoas a depor.

Tem, agora, a palavra, para comentar, fazer alterações ou sugestões, a Sr.^a Deputada Emília Cerqueira.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, relativamente às audições até dia 24, ia pedir aos serviços, se possível, que nos fizessem a indicação concreta dos nomes que pretendem agendar até ao dia 24, nomeadamente aqueles que são indicações potestativas do PSD, e quais as datas que preveem, com o compromisso de que, até amanhã, darei indicação se, por parte do PSD, há ou não oposição à data de audição de qualquer uma dessas entidades e à ordem que está estabelecida.

Nos termos da lei, podemos, inclusive, quer alterar a lei, quer, até, dizer quando queremos que sejam ouvidos, mas comprometemo-nos, até amanhã, a ver a lista, para que haja essa previsibilidade dentro dos trabalhos da Comissão e também para termos algum tempo para ver a lista até ao fim do mês. A partir daí ficará com a previsibilidade necessária e, até amanhã, ao fim da tarde, darei conhecimento à Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Acompanhamos as preocupações do Sr. Presidente — aliás, já me manifestei, vezes sem conta, sobre isso —, quanto à questão do agendamento, até porque é nosso entendimento que o facto de a lei dar a prerrogativa aos requerentes da comissão de inquérito potestativa de até marcarem data, o facto é que também entendemos que tem de haver uma data, para que possa ser indicada a data.

Tem de haver um limite, sob pena de andarmos sempre a jogar aqui com menos de uma semana, o que não é bom para prepararmos trabalho, não é bom para os serviços — de todo — e não é bom para as pessoas que são chamadas, porque também elas, obviamente, têm de ser preparadas e têm de ter o seu tempo. Portanto, ainda bem que o PSD manifesta disponibilidade para que, até dia 24, se encontrem os nomes.

Ainda bem que assim é, sendo certo que sugeria o seguinte: a Mesa irá disponibilizar os nomes, particularmente os potestativos, ao PSD, para que o PSD possa dizer se concorda com aqueles — e admito que seja por ordem sequencial, como é evidente —, mas era importante que, se o PSD não concordasse com algum desses nomes, dissesse, então, qual era a ordem que propunha, até dia 24, para não ficarmos pendentes desse facto.

Há uma sugestão — não é uma proposta, é uma sugestão — que queria fazer, porque me parece pertinente, relativamente aos presidentes de junta de freguesia.

Volto a referir aqui que os autarcas de freguesia que foram por nós propostos para serem chamados à Comissão são os das freguesias onde ocorreram danos; não são todas as freguesias dos três principais concelhos onde os danos foram maiores, não, são as freguesias onde ocorreram danos, portanto, estão seleccionadas.

Há casos em que o antigo presidente de junta é o atual presidente de junta, ou seja, foi reconduzido no cargo; há casos em que o ex-presidente de junta não é o atual presidente de junta. Nestas segundas situações, faz todo o sentido — e pedíamos que não acontecesse de outra maneira — que venha primeiro o ex-presidente e, depois, o atual presidente de junta, porque faz toda a diferença, do ponto de vista da lógica das audições.

Por exemplo, no caso concreto da audição que estava prevista para hoje, que era o ex-Presidente da Junta de Pedrógão Grande — depois queria, se faz favor, saber as razões pelas quais quer o ex-presidente, quer o atual Presidente de Junta, não puderam vir —, o depoente não pôde vir — e pedia o esclarecimento das razões para tal — e foi chamado o imediatamente seguinte. E o imediatamente seguinte era o atual presidente.

Quando isto acontecer, por razões, obviamente, justificadas, não vem o ex-presidente, então também não vem o atual, passa à frente, porque a lógica de vir primeiro o ex-presidente e depois o atual tem de ser mantida pela coerência das audições.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar os presentes e os serviços.

Faço uma pergunta muito simples: considerando o número total de audições que foram solicitadas, tomando por boa a sua indicação de três por semana, a calendarização prevista prolonga-se até quando?

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Emília Cerqueira indica-me que pretende usar da palavra. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, não tinha ainda pedido a palavra porque pensei que o Sr. Presidente iria responder à Sr.^a Deputada Fabíola, que lhe tinha feito uma pergunta direta.

Relativamente à questão que colocou a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, acho que faz todo o sentido vir primeiro o ex-presidente de junta e só depois o atual. Também relativamente à questão dos autarcas, queria deixar a nota de que, tendo em conta que temos uma série de autarcas de freguesias chamados, e aprovados para serem convocados, parece-nos que, independentemente da lista que está — e quero deixar já esta nota se, por acaso, coincidir com algum autarca chamado pelo PSD —, primeiro devem ser ouvidos os autarcas de freguesia e só depois os presidentes de câmara, ou ex-presidentes de câmara, consoante for o caso, que se seguem, por esta lógica — porque há uma lógica —, de proximidade, digamos assim, há o papel dos presidentes de junta e depois há o dos autarcas.

Portanto, sendo autarcas pedidos, potestativamente, pelo PSD, deixo, desde já, a nota de que apenas serão ouvidos depois dos respetivos autarcas de freguesia.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, tem a palavra.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, se são potestativos o PSD tem a possibilidade de dizer a data, portanto não me cabe, aqui, fazer qualquer referência. No entanto, já não falta mais ninguém, acho que só falta o Presidente da Câmara de Pedrógão Grande que está incluído nos vossos agendamentos potestativos, portanto, obviamente que não temos nada a acrescentar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, passo, então, a esclarecer, até porque, felizmente — e tem sido cada vez mais assim — concordo com

as sugestões feitas pelos Srs. Deputados, o que é sinal de que estamos todos muito sintonizados.

Assim, o PSD, neste momento, da forma como está e como vai ser proposto, embora ainda seja um rascunho, tem prevista, no dia 10, a audição do Sr. Valdemar Alves, ex-Presidente da Câmara de Pedrógão Grande, que é potestativo; tem previsto, no dia 13, a audição do Sr. Bruno Gomes, ex-Vereador da Câmara Municipal de Pedrógão, que é potestativo; e tem prevista, no dia 16, a audição da Dr.^a Ana Abrunhosa, ex-Presidente da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) Centro.

Isto é o que está previsto, pelo que, Srs. Deputados — e para não estar a enviar uma lista, depois outra e, depois, uma outra, corrigida, até porque isto começa a ficar que quase parece um algoritmo, vem um, depois se vier o outro, anula-se o primeiro, etc. —, ainda hoje daremos conhecimento ao PSD da sequência que o PSD tem. Em função da resposta que nos derem, daremos indicação, já com a anuência do PSD, da proposta da Mesa para as audições de setembro.

Há aqui uma questão que a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira levantou que acho que faz todo o sentido: temos de ir do mais próximo para o mais longínquo. Garantidamente, o ex-presidente de junta esteve mais próximo do que aconteceu do que o atual presidente, sem prejuízo do interesse de ouvir os dois.

Coloco à vossa apreciação o seguinte: convoquei um, convoquei o outro; o segundo confirmou, o primeiro não confirmou e digo ao segundo «olhe, afinal já não vem, tem de vir mais tarde...»? Isto pode ser um pouco desconfortável.

Queria também fazer o seguinte esclarecimento, Sr.^a Deputada: Como acho que já todos perceberam — e acho que até é uma opinião partilhada —, tenho o maior respeito pelos autarcas, o maior gosto em recebê-los aqui e acho que é muito importante para nós, como órgão de soberania, receber bem

os nossos autarcas, que são a face visível da nossa democracia. Mas tenho ainda mais respeito pela nossa Comissão.

Portanto, e só porque foi sugerido, porque se não nem sequer falaria disso, recebi indicação do Sr. presidente de junta de que não poderia estar presente por uma questão de agenda. Com toda a franqueza, é uma justificação que a Mesa não aceitou, pelo que solicitei aos serviços que notificassem o Sr. Presidente, para proceder à justificação nos termos da lei, que é o que a lei diz, que quando não se pode, justifica-se nos termos do Código de Processo Penal.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Qual presidente?

O Sr. **Presidente**: — O que era para vir hoje.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — O que era para vir hoje, o ex-presidente?

O Sr. **Presidente**: — Exatamente.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Mas estão os dois notificados e não vieram os dois.

O Sr. **Presidente**: — Um não conseguimos falar com ele, temos o telefone e tudo, mas não conseguimos falar com ele; se calhar vamos pedir a ajuda do grupo parlamentar que o indicou, para que nos possa ajudar. O outro depoente disse que estava impedido por motivos de...

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, no que diz respeito ao ex-presidente, já ajudámos, porque nos foi pedida essa ajuda. E já ajudámos dando o número de telefone, real, do senhor e o local onde trabalha. Portanto, se não conseguiram...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tanto quanto ouço, voz amiga fez-me chegar a informação de que o senhor em questão no contacto móvel não atende e no local de trabalho estaria ausente por motivo de férias.

Esta justificação entendo, até porque ele não justificou a ausência porque nem sequer foi, verdadeiramente, solicitada a sua comparência.

O outro depoente é que disse que não podia por um motivo profissional. Foi nesse caso que solicitei aos serviços que indicassem que justificasse nos termos da lei, porque é uma Comissão de Inquérito e não é, exatamente, um convite.

Assim sendo, Srs. Deputados, e se estiverem de acordo, hoje segue para o PSD a sequência, com os nomes que estão indicados e se quiserem também indicar os outros nomes e as datas ou as sequências, agradecia, em nome da Mesa.

Amanhã seguirá a versão proposta pela Mesa. Recordo aos Srs. Deputados que até pode acontecer alguém ser notificado e não poder mesmo estar presente.

É uma proposta da Mesa para minimamente poderem calendarizar a sequência das audições.

Relativamente aos documentos, faremos, de igual modo, a entrega da listagem dos pedidos, da listagem dos entregues e da listagem daqueles que foram solicitados no prazo mais alargado.

O início das audições será nos dias 2 e 3 de setembro. Como sabem, os trabalhos estão suspensos até dia 1, a partir dos dias 2 e 3 teremos audições nessa semana e na semana seguinte entramos no esquema normal.

Este é o conjunto de informações que queria prestar aos Srs. Deputados, face àquele que foi o nosso primeiro mês mais intenso de trabalhos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, preciso de repetir?

O Sr. **Presidente**: — Se bem me recordo, é sobre quantas audições nos faltam. É essa a questão?

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Combinando o número com a frequência, supondo que toda a gente vem — esta será a nossa perspectiva mais positiva —, será bom termos só uma ideia de até quando é que isto se estende.

O Sr. **Presidente**: — A informação que tenho é que nós temos 32 pessoas indicadas para ouvir. Uma delas é o Sr. Primeiro-Ministro, portanto não virá cá, outras duas senhoras da associação de vítimas virão juntas, portanto estaremos a falar em 30 audições que, numa média de três por semana, dá 12 por mês, 24 em dois meses, dois meses e meio, se seguirmos isto.

Claro que sabemos todos que é impossível que, aqui ou ali, não haja um impedimento e nessa altura veremos se ainda temos margem para fazer essa reunião ou se teremos de recorrer aos dias mais complicados, como seja sexta-feira à tarde.

Em setembro há ali um período em que talvez pare, mas, de todo o modo, mantemos este ritmo.

Sr.^a Deputada, como disse, se esta ordem fosse seguida seriam dois meses e meio, se houver pausas com certeza demorará mais um pouco, mas mesmo assim são muitas audições.

Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, faça favor.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Ainda relativamente a isto de prazos, percebo qual é a pergunta porque todos temos de nos entender com isto.

Eu não fui ver, tenho de memória que o tempo inicial apontado era de 120 dias. Portanto, com as audições que faltam, obviamente que os 120 dias não são suficientes. Acho que isto tem de ser tido em atenção, mas a Mesa faz o que entender.

Pelas minhas contas, se esgotássemos o limite máximo isto daria para aí até finais de maio do próximo ano, se esgotássemos todos os tempos possíveis. Agora, os 120 dias não dão para estas 30 e tal audições, é o que eu quero dizer.

O Sr. **Presidente**: — Certamente que respeitaremos, até porque a Mesa não faz exatamente o que quer, tem de fazer aquilo que dispõem os prazos, eventualmente o prazo adicional previsto para as comissões de inquérito, sabendo ou antecipando que nenhum grupo parlamentar tem muito interesse em prolongar isto *ad aeternum*. Por isso, confesso, é que também queria manter aqui algum ritmo, para nós termos um começo, um meio e um fim. Já parámos as vezes que parámos, quanto menos pararmos agora melhor, mas garantidamente acabaremos dentro do prazo, isso cumpre-me a mim garantir e isso eu garanto.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Emília Cerqueira.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, é só para dar nota de que eu própria estava a incorrer num lapso — aliás, estávamos todos —, são 180 dias, não 120 e mais 90 de prorrogação. Isto nos termos do artigo 11.º, n.º 2 do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares.

Independentemente disso, nós não pretendemos que isto se prolongue durante um ano, como é óbvio, ou meio ano.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, é preciso que não esqueçamos que, sem prejuízo de alargarmos este prazo, se for estritamente necessário, em primeiro lugar não estamos obrigados a ouvir estas 30 ou 31 pessoas, podemos ouvir mais e o contrário também é verdadeiro, até pode acontecer que, a certa altura, o partido proponente ou a Comissão, são coisas diferentes, entenda que carece de sentido o depoimento da pessoa.

Portanto, quis traçar aqui um bocadinho o nosso mapa, daquilo que já fizemos e daquilo que nos falta fazer e tentar também tornar, tanto quanto possível, previsíveis os trabalhos. Tem de se preparar a audição, saber qual é o percurso da pessoa, etc., etc., e, portanto, foi esse o intuito desta reunião.

Alguns dos Srs. Deputados tem alguma sugestão que pretenda fazer relativamente a setembro?

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Emília Cerqueira.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, o PSD tendo conversado já, informalmente, com os diversos partidos políticos, achou que era importante e interessante, no início da sessão legislativa, na segunda ou terceira semanas, consoante fosse a disponibilidade da Comissão, que se fizesse uma visita ao local, através de sugestões dos diversos partidos políticos, porque era também importante a verificação *in loco*.

Ora, tendo esta Comissão características muito especiais, era importante que se fizesse uma visita, primeiro como uma espécie de

homenagem às vítimas, e também para perceber aquele que é o trabalho que esta Comissão leva a cabo, tal como as intervenções no território, quer naquilo que correu bem, quer naquilo que possa ter corrido mal.

Entretanto, a este propósito falei com todos os grupos parlamentares, exceto o PAN que não está presente.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Já nem vem mais!

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Não sabemos se vem alguém do PAN, pelo que tenho de colocar esta hipótese uma vez que ainda não houve qualquer comunicação à Comissão.

O CDS, tal como o PCP, disseram-me que estariam de acordo e não se oporiam e também falei disto com o PS, informalmente, que ficou de pensar nisto.

Julgo que seria interessante, através de um programa gizado por todos, se fizéssemos esta visita, até como uma espécie de reinício e uma chamada de atenção para as coisas que nos parecem importantes.

Ponho isto à consideração hoje, uma vez que não há mais nenhuma reunião de coordenação e, sendo aprovada, os serviços precisam de tempo para preparem a visita e fazer os contactos formais.

Assim, deixo esta sugestão que ponho à consideração de todos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, só um esclarecimento em relação ao PAN.

Conforme falámos, até pela delicadeza do tema de estar presente ou não estar presente e que podia até permitir leituras políticas desconfortáveis ou desagradáveis, fiquei de, informalmente, falar com a líder parlamentar do PAN, o que fiz.

A mesma manifestou a sua impossibilidade de comparecer com esta frequência, questionou-me até que ponto é que podia participar e até que ponto podia ser suplente. Eu esclareci a Sr.^a Deputada dessa impossibilidade, que estava convencido que não podia, mas que tinha de confirmar e que não queria responder-lhe naquele momento. Já confirmei que, de facto, não pode, já lhe dei conhecimento formal disso, só faltam os serviços, o que faremos também, e formalizaremos, junto do Grupo Parlamentar do PAN, que nos comuniquem se vão indicar alguém ou não. Presumo que não o vão fazer por aquilo que a líder parlamentar do PAN me disse, sendo que, conforme foi aqui deliberado — mas, se não foi, coloco aqui à discussão dos Srs. Deputados —, o elemento adicional seria do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Foi isso que ficou deliberado ou só foi falado?

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Acho que houve uma deliberação no último Plenário...

O Sr. **Presidente**: — Se não foi, quando a Sr.^a Deputada me responder, e a questão se colocar, nós deliberaremos sobre isso.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Aquilo que não chegou a ser decidido aqui e tem obviamente de ser, independentemente de utilizarmos ou não, é a questão, daqueles célebres oito, quantos potestativos cabem ao PS.

Foi isto que ficou aqui decidido, dos oito sabíamos que era um para o PCP, um para o CDS, um para o PAN, caso o PAN ficasse, pelo que o que estava aqui em causa era a questão do Bloco e do PS.

Isto tem de ficar decidido sendo que é certo que a distância que o Bloco tem dos restantes partidos não é tão grande quanto tem do PS, portanto, desse

ponto de vista, temos de ter em consideração que os potestativos não podem ter um intervalo tão pequenino entre o PS e o Bloco, como é evidente. Isto é, a representatividade do PS é francamente mais vasta, relativamente àqueles que têm direito a um potestativo e ao próprio Bloco.

Portanto, é isto que falta resolver e convinha, obviamente, ser resolvido, caso tenhamos necessidade de apresentar algum potestativo.

Quanto à proposta da visita, eu ainda insistia num pedido de esclarecimento à proponente sobre qual o objetivo da visita. Nós estamos numa comissão de inquérito e o objetivo não pode ser homenagear as vítimas, como a Sr.^a Deputada Emília Cerqueira disse aqui.

Uma comissão de inquérito parte do princípio de que há uma suspeita ou que as coisas correram menos bem, portanto precisam de ser investigadas, porque é para isso que servem as comissões de inquérito e, depois, dar a justificação de que é para homenagear as vítimas não pode ser, há de ser outra coisa qualquer e é essa outra coisa qualquer que gostaria que fosse esclarecida, se faz favor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso.

Fragmento 3 susana

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, reconheço que estou com algumas dúvidas, relativamente à reunião.

Estávamos num ponto de informações, mas, tanto quanto percebo pelas intervenções que me precederam, estamos, neste momento, num ponto de preparação das audições e de mais diligências, a realizar a partir de setembro.

É que, concordando que se possa alterar a nossa ordem, acho que convém não saltarmos o ponto 2, porque, pelo menos o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, gostaria — e, se não for intenção dos outros partidos,

até o poderei fazer já — de fazer alguma reflexão sobre o trabalho que temos vindo aqui a desempenhar, até porque, efetivamente, tem lógica, fazendo este intervalo agora, fazemos uma reflexão sobre o que temos feito e o que queremos avançar.

Portanto, pedia à Mesa para esclarecer em que ponto é que estamos da ordem de trabalhos, para poder perceber. É que, se não, simplesmente irei respondendo às questões que vão surgindo e talvez este ponto não venha a ser devidamente abordado.

Mas, já que há a dúvida dos potestativos, relativamente ao Bloco de Esquerda, acho que há uma fórmula matemática para determinar isso, portanto, não me parece que seja motivo de polémica, e, em nome da correção dos trabalhos, se calhar era mais fácil esperar uma resposta oficial do PAN, para, depois, discutirmos esse assunto.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, de facto, o erro foi meu. Confundi depoimentos com Deputados e o que ficou aqui falado foi dos depoimentos e não dos Deputados.

Portanto, aguardaremos isso, até porque, como diz — e bem —, além de haver fórmulas matemáticas para encontrar o destinatário desse depoimento, vamos formalizar esse pedido junto do PAN e esperar pela resposta do PAN.

Relativamente ao ponto 2, tenho de confessar que a expressão «avaliação» tinha aqui um sentido mais quantitativo do que qualitativo, era um pouco para fazermos o balanço do nosso trabalho, ver se temos a lista completa, o que está ou não está feito e o que falta fazer. Isto porque, em algumas conversas que tive, senti que, uma vez que o volume de informação é grande, a determinada altura, pode perder-se a ideia de conjunto — se calhar, erro meu.

De todo o modo, Sr.^a Deputada, não me choca nada haver uma avaliação do que fizemos até agora, e se os Srs. Deputados nada tiverem a opor, a Mesa nada terá, de certeza absoluta. Portanto, mantemo-nos, ou regressamos ao ponto 2 e daria a palavra a quem assim o entendesse, para dela fazer uso em relação à avaliação dos trabalhos até agora.

Começaria, até, pela Sr.^a Deputada, se estivesse disponível.

Antes disso, tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento todos os presentes.

Houve uma questão, aqui colocada pela Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, que também nos importa ver esclarecida. O PCP disse que não via com maus olhos uma visita ao local, tendo em conta que é ao serviço dos objetivos do que é o teor desta Comissão e o objetivo para o qual ela foi constituída.

Fiquei preocupado quando ouvi a Sr.^a Deputada falar, de certa forma, numa homenagem. Não me parece que isso seja objeto desta Comissão, pelo que gostaria que, antes de mais, fosse esclarecida esta situação, também porque não foi isso que me foi dito. Numa situação informal não se falou em homenagem nenhuma, agora falou-se aqui num tipo de homenagem e gostaria de esclarecer, para saber também qual a apreciação que irei fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, apenas a bem da sequência dos trabalhos, como demos aqui um passo atrás, vamos ao ponto 2 e, garantidamente, voltaremos ao ponto 3, para falar sobre esse tema, sobre o qual nem sequer me pronunciei.

Assim, tem a palavra a Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, talvez seja alguma deformação profissional, uma vez que fui muitos anos professora, mas quando se fala em avaliação, para mim é uma questão importante.

O Bloco de Esquerda quer, de facto, reconhecer a importância do tema que nos traz aqui, hoje, dos apoios na sequência dos incêndios de 2017, na zona do Pinhal Interior.

Importância, porque a tragédia, como a fuligem, ainda não saiu dos terrenos, nem o trauma saiu, certamente, das vidas, dos sonhos, do dia a dia e, até, das promessas de esperança de todas aquelas pessoas.

Importância, porque temos, efetivamente, de aprender a reagir e a prestar apoio mais rapidamente, a prestar apoio melhor, a prestar apoio de uma maneira mais transparente, de uma maneira mais clara, de uma maneira mais estrutural, porque, infelizmente, corremos o risco de estes apoios serem necessários mais vezes.

Importância, também, porque é necessário clarificar se estes apoios foram, efetivamente, bem atribuídos, se o foram de uma maneira clara, transparente ou não; há também aqui um princípio, de alguma maneira, em causa.

Mas, para além do reconhecimento de toda esta importância, há também aqui à volta um conjunto de rituais que não consideramos tão importantes. Revisitar uma situação em que um número tão alargado de pessoas foram vítimas de um acontecimento tão traumático e pegar nessas pessoas, em todo o enquadramento político que as rodeia, e reviver tudo aquilo que aconteceu, pode ser uma maneira de tornar essas pessoas ainda mais vulneráveis, de torná-las vítimas uma segunda vez, talvez, até, mais do que vítimas, torná-las também, de alguma maneira, em culpados por processos que possam ter acontecido de uma maneira menos correta e este é um objetivo no qual o Bloco de Esquerda não se revê.

Atribuímos uma relevância política, como é a de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a uma situação destas, que está, de longe, distante, pelos montantes que estão envolvidos, de outras situações de eventuais fraudes que acontecem no nosso País, relativamente a bancos ou relativamente a PPP (parcerias público-privadas), é, também, colocar no mesmo prato situações que são, do nosso ponto de vista, bastante diferentes.

Por último, um terceiro aspeto é que a realidade também se impõe. Enquanto aqui nos juntamos, nesta sala, para discutir os apoios que foram atribuídos, lá fora, o País continua a arder. De que maneira é que o nosso trabalho aqui contribui para que esta tragédia não se repita?

É uma pergunta que nos angustia e, neste momento de reflexão, achamos que é importante trazê-la para cima da mesa, porque já foi dito aqui, por pessoas que estiveram a prestar audição, que não foi feito um efetivo trabalho de reflorestação no território; já foi dito aqui que os graves problemas de cadastro que existiam persistem, absolutamente inalterados, passados três anos; já foi dito aqui que as graves deficiências na gestão estrutural da floresta não foram ultrapassadas.

Sim, foram dados pequenos passos, com pequenas ações de limpeza, caminhos, mas, de facto, até os relatórios que chegam a esta Comissão, nomeadamente do Observatório Técnico Independente, dizem exatamente isto: mais planos, mais boas ideias no papel, mas, depois, no terreno, tudo está na mesma.

Portanto, a avaliação do Bloco de Esquerda, relativamente a estas horas, já longas, que passámos aqui, e às horas, ainda mais longas que ainda vamos passar, é, de facto, negativa.

Talvez ao discutirmos tão aprofundadamente este assunto estejamos a deixar de fora, a deixar de lado, outros assuntos, ainda mais importantes, nos quais o nosso tempo, possivelmente, seria muito mais bem empregue.

Por isso, não podemos deixar de expressar isto e deixar também um pedido em particular ao PSD, ao PS, ao PCP, aos partidos que já indicaram pessoas para audição: gostaríamos que reconsiderassem, que avaliassem a razoabilidade do número de pedidos.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Da razoabilidade do que estamos a fazer?

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — O documento inicial do requerimento do PSD previa, para os trabalhos da Comissão, 120 dias. O número de audições que foram pedidas por estes três partidos é incomportável com este prazo.

Portanto, em nome da qualidade do trabalho que estamos aqui a fazer, em nome da razoabilidade do que estamos aqui a fazer, para que os trabalhos não se prolonguem sem sentido, o Bloco de Esquerda gostaria de solicitar que fosse feita uma avaliação da relevância dos agendamentos que foram solicitados por todos os partidos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, com todo o respeito, acho que temos de saber o que estamos aqui a fazer. Sinceramente, esta Comissão é uma Comissão específica, é o único tipo de comissão que tem um regime jurídico próprio, que é o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, o que quer dizer, desde logo, uma coisa: são comissões retrospectivas, não são comissões prospetivas.

A diferença entre uma comissão eventual e uma comissão de inquérito é que estamos aqui para apurar factos, responsabilidades, eventuais responsáveis, sobre coisas que já aconteceram. Portanto, não há espaço nesta Comissão para um debate alargado sobre a realidade que aconteceu,

infelizmente, nestes concelhos — e que já aconteceu, depois disso, noutros, e que, infelizmente, este ano está a acontecer outra vez —, mas há outras comissões no Parlamento que têm essa responsabilidade e que podem fazer esse trabalho.

O que acho que devemos fazer, aqui, é concentrarmo-nos no objeto da Comissão.

O Sr. João Dias (PCP): — Exatamente!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — O objeto da Comissão é apurarmos aquilo que temos a apurar.

Como sabem, disse, desde o início, que achava que, provavelmente, a lista de entidades a chamar era extensa demais para aquilo que precisávamos de apurar, em termos de factos, e também disse que achava que a duração das audiências, em vários casos, provavelmente, revelar-se-ia, também, extensa demais para aquilo que era a informação que nos podiam ter dado.

Posso já fazer um balanço daquilo a que assisti: assisti várias vezes a depoentes repetirem duas, três, quatro, cinco vezes a mesma coisa, por respeito ao Parlamento e aos Deputados.

Mas, como já alguém disse, hoje, aqui, também temos de nos dar ao respeito nós próprios, e percebermos isso. Quer dizer, ninguém é obrigado — e digo isto com o à-vontade de não ter usado — a usar as três rondas; ninguém é obrigado a gastar o tempo até ao último segundo. E, às vezes, aqui parece que é obrigatório gastar o tempo todo e as pessoas estão aqui a dizer a mesma coisa, simpaticamente — até têm sido bastante simpáticas com o Parlamento, de vez em quando lá dizem «já disse, mas vou dizer outra vez...» —, e a expressão mais repetida nesta Comissão deve ser o «eu já disse, vou dizer outra vez»; se formos ver, de certeza que é a expressão mais vezes repetida nesta Comissão.

Portanto, acho que o exercício que podemos fazer hoje, aqui, é de objetivar os nossos trabalhos futuros.

Como é que objetivamos? Concentrando-nos no objeto e tentando, para o apuramento dos factos que cabem no objeto, utilizar um princípio muito importante do Direito, que é o princípio da economia processual, para podermos aqui, com o mínimo de diligências, conseguir o máximo de resultados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Emília Cerqueira.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, estando agora, novamente, no ponto 2, que também achava que seria para fazer uma espécie de balanço quantitativo, que é aquilo que, normalmente, se faz, gostaria de referir que as opiniões destas comissões de inquérito, com o seu regime próprio — e como disse, e muito bem, o Sr. Deputado João Almeida —, são prospetivas, não são para futuro, como as comissões eventuais, em que alguns de nós já participaram, e que não é, de todo, o objetivo de nenhuma comissão de inquérito. Estas são, necessariamente, viradas para o passado e viradas para objetivos concretos.

Realmente, essa é uma avaliação feita em sede de relatório, com os relatores, e, depois, cada um dos partidos, normalmente, diz aquilo que entende sobre as conclusões que o relator tenha, relativamente aos trabalhos — e o relator poderá falar, até, sobre se já tem alguma coisa feita ou não, não faço ideia —, mas parece-nos que não é esse, de todo, o momento.

Não obstante nos parecer que não é esse o momento, nem o mais oportuno — porque é também uma questão de oportunidade —, não posso deixar de dizer duas ou três coisas que acho que é fundamental também ter aqui em conta.

Primeiro: para nós não é despreciando, e nunca será, o facto de estarmos aqui a falar de mais milhões ou de menos milhões. Os princípios são princípios e devem ser observados, independentemente de termos uma matéria de muitos milhões, como normalmente se está habituado, e, se for um banco, vejo muitos interesses — e estamos a falar em termos mediáticos e políticos, não estou a falar de interesses dos Deputados aqui presentes, obviamente.

Portanto, a questão, para nós, é de princípio. E vou aproveitar para fazer aqui uma espécie de inciso ao ponto 3, que também fica esclarecido, para que os nossos trabalhos sejam mais rápidos.

A questão é que não podemos esquecer que houve uma onda de solidariedade, nunca vista aquando desta tragédia e, depois — um bocadinho na onda daquilo que disse a Sr.^a Deputada —, a verdade é que a suspeição sobre esta onda de solidariedade, sobre a aplicação destes fundos, fez com que nunca mais tivesse havido uma onda de solidariedade. E isso é demasiado importante para se fingir que não aconteceu.

Para nós isso é um princípio sagrado. E levaremos, dentro daquelas que são as possibilidades do Grupo Parlamentar do PSD, esta questão até ao fim, porque não é uma questão de ser um milhão que está mal aplicado, é uma questão da aplicação do dinheiro dos portugueses, que se juntaram para acudir a uma população. E é para esclarecer essa questão e para que isso volte a acontecer... Senão o que temos? Suspeição constante.

E aquilo que um Estado de direito, como pessoa de bem — que é e deve ser —, deve ter como último interesse é um manto de suspeição sobre si mesmo, isso é intolerável numa democracia sã. Os mantos de suspeição não ajudam nada nem ninguém. Devemos reger a atividade política, de aplicação de fundos, pela transparência.

Temos dois tipos de aplicação e, às vezes, confunde-se má aplicação com fraude — e vou aproveitar este momento para dizer isto —, mas má

aplicação não é, necessariamente, fraude. É que me parece que se anda, nesta Comissão de Inquérito, a falar de perseguições, de crime. Não é nada disso! Isso não são comissões de inquérito. Para isso temos os inquéritos de processos-crime, que estão aí para averiguar. Até porque os relatórios das comissões de inquérito podem ser, sim, levados para o Ministério Público.

Mas a boa aplicação de fundos é outra coisa. E os portugueses merecem um esclarecimento, o erário público merece e, acima de tudo, a confiança dos portugueses nas instituições também merece. E pautar-nos-emos, até ao fim, por esta questão.

Vou aproveitar, se não acho que estamos, francamente, a perder aqui muito tempo, num momento que não me parece que seja para este tipo de avaliação, para falar relativamente à visita.

Quando falei em homenagem — aliás, parece-me que não ouviram a outra parte do que disse —, entendo que ver o que correu bem e o que não correu, o que está feito e o que falta fazer, também é uma maneira de homenagear, porque esse é, de facto, o objetivo desta Comissão e o seu objeto: a aplicação dos fundos, se já foram aplicados, onde foram aplicados, o que é que, efetivamente, foi feito daquilo que foi anunciado na aplicação dos fundos do Estado e o que é que não foi feito.

Houve oportunidades de visitar, na altura, mas não oficialmente. Cada um de nós, em particular, pode ter feito as visitas que entendeu, mas, oficialmente, não foi feito, e tal seria importante, porque esta Comissão tem um objeto muito específico. É uma Comissão muito especial, até pelo assunto que trata, e, portanto, sendo ela especial e muito específica a um território afetado por uma tragédia, parece-nos que é importante, também, *in loco*, vermos o que está feito e o que é que não está, onde foram aplicados os fundos ou onde não foram aplicados. Este é o objetivo.

Entendemos que sim, essa também é uma forma de homenagear aquelas gentes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos no ponto 2, relativo à avaliação.

O Presidente da Comissão não tem estados de alma, tenho a minha própria avaliação, que vou guardar para mim.

Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso, tem a palavra.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, agradeço os esclarecimentos. De facto, é sempre bom ouvi-los, no entanto conheço quer o enquadramento regimental quer o funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas não era isso que estava aqui em causa.

O que está aqui em causa é, do meu ponto de vista, avaliar. E avaliar, de acordo com aquilo que está na ordem de trabalhos e da análise que a palavra permite, é um olhar mais vasto sobre aquilo que fazemos, à luz da realidade em que nos encontramos. Esta é a avaliação política que se pode e deve fazer, a todo o momento, do trabalho que aqui temos.

Foi isso que eu e o Bloco de Esquerda tentámos trazer como mais-valia para este debate e para esta reflexão.

O Sr. **Presidente**: — Feita a avaliação que cada grupo parlamentar entendeu fazer dos trabalhos até esta altura, e guardando as minhas avaliações para mim, queria dizer-vos apenas o seguinte, que me parece ser não uma avaliação, mas algo um pouco óbvio.

Já estive em várias comissões de inquérito. Esta Comissão de Inquérito tem uma característica que difere um bocadinho das outras que é não conseguirmos — embora tentemos —, passar ao lado do drama humano e ficarmos, até — e falo por mim —, um pouco constrangidos.

Não contem muito comigo para cortar a palavra a alguém que começou a falar do que passou, porque o vizinho dele o salvou. Há um drama

que acompanha a Comissão. Para além das questões de atuação do Estado ou dos apoios, há o próprio drama dos incêndios e as pessoas, muitas vezes, chegam aqui e acabam por falar da alma sobre o que aconteceu e — e penso que os Srs. Deputados partilharão comigo essa dificuldade —, sinto uma enorme dificuldade em dizer: «agora cale-se, não é nada disso; venha antes ao tema».

De facto, temos isso a acompanhar-nos, é uma característica desta Comissão.

A título de reflexão — sendo uma reflexão que também tenho feito, confesso-vos —, e o Bloco de Esquerda tem insistido muito nesse ponto, não sei se tal cabe ou não cabe na Comissão, cabe no relatório final. Os relatórios têm conclusões e têm recomendações, que depois são votadas, rejeitadas, aprovadas, o que for.

Uma das coisas de que aqui se tem falado, muitas vezes, é sobre se se fez muito, se fez pouco, se esteve bem, se esteve mal, se foi suficiente ou insuficiente. Mas parece que existe, aqui, por vezes — ou muitas vezes —, a vontade de dizer «na próxima»; «na próxima podemos fazer de outra maneira» ou «na próxima podemos melhorar»; «isto foi o possível na altura».

Também pergunto aos Srs. Deputados até que ponto cabe, ou deve ser liminarmente excluído, este pensar se foi bom, mau ou mais ou menos. Vale a pena pensar numa recomendação qualquer, em relação a algum programa, em relação a alguma pessoa, em relação a algum procedimento?

Não fará, um pouco, parte desta Comissão recomendar alguma coisa que corrija eventuais erros que tenham sido encontrados?

Deixo esta pergunta, porque eu próprio não sei.

Se me permitirem, vamos passar ao ponto 3 e dou a palavra à Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, que queria voltar ao tema.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, iria à questão da proposta das visitas. A resposta que, entretanto, foi dada, não é, para nós, satisfatória, quanto ao objetivo claro.

Lembro-me, até, que, no contacto informal, fiz essa pergunta: mas para quê a visita?

A resposta foi: «Para falarmos com os autarcas e para podermos visitar os locais».

Não vou sair da baliza da Comissão de Inquérito, porque, se estivesse numa comissão permanente, a discussão seria outra. Mas não vou sair desta baliza da Comissão de Inquérito, para dizer o seguinte: os autarcas que importava ouvir estão todos nas listagens dos que chamámos para serem aqui ouvidos, portanto, não se justifica deslocarmo-nos a qualquer um dos concelhos, para reunir com os autarcas, porque estamos a inquirir os autarcas na Comissão de Inquérito.

Quanto às visitas aos locais, vou dar-vos o exemplo mais paradigmático, porque é aquele que, ao longo destas sete, oito audições mais tem sido falado, e em que, aliás, o requerimento da própria Comissão de Inquérito dá o mote claro sobre isso, porque esta Comissão de Inquérito, ao contrário do que foi dito pela Sr.^a Deputada do PSD, não é só para avaliar como é que foram aplicados ao apoios. Aqui diz claramente: «...perante a aparente irregularidade do processo que envolve a atribuição de apoios à recuperação de habitações, de empresas...»; é este o fundamento, é para isto que aqui estamos, porque foi assim que foi criada esta Comissão de Inquérito.

A pergunta que faço, e por isso vou à questão das habitações, é o que é que esta visita significa. É para irmos visitar as habitações que se diz serem regulares? Confrontar as pessoas com o quê? Nós a vermos as casas, dizendo que as pessoas têm a casa porque os portugueses foram solidários, porque a sua ardeu e que, sim senhora, é regular? O que é que isto representa?

Aquelas casas são das pessoas, ponto final; acabou. Qual foi a origem? Acabou! São das pessoas; aquelas casas são das pessoas, sob pena de existir um ónus permanente, para a vida inteira, das pessoas que perderam o seu património, que foram ajudadas pelos portugueses, mas que têm a sensação, sempre — lá está esta confusão, a história — das vítimas e dos prevaricadores.

Depois, a visita é para quê? É para irmos ver, relativamente ao REVITA, as sete situações que estão acusadas e que o tribunal há de julgar? É para ir lá fazer isso, ir ver estas? E montar, enfim — não vou utilizar a expressão mais corrente —, toda uma imagem mediática e fazer um julgamento na praça pública antes do julgamento do tribunal?

Só vos queria dizer, muito sinceramente, o seguinte: contem connosco para apurarmos o que houver a apurar, para tirarmos conclusões no sentido de fazer recomendações que melhorem os processos, depois de ouvirmos as pessoas que indicámos. É que, ao contrário do que já aqui ouvi hoje, não é verdade que se tirem conclusões ao final de sete audições. Só tira conclusões ao final de sete audições quem já tinha as conclusões antes de começar a Comissão de Inquérito.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Nisso estamos de acordo!

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Portanto, vamos lá ver se temos a capacidade, também, de ouvir as pessoas que aqui vêm e, às vezes, para o bem e para o mal, de saber ouvir nas próprias entrelinhas.

Dito isto, não vemos, a esta altura, qualquer interesse, para a Comissão de Inquérito, em fazermos as visitas àquelas terras e não vamos, com estas visitas, sujeitar aquelas pessoas a mais umas imagens mediáticas para referir que andaram a receber apoios do Estado para recuperar aquilo que, tristemente, perderam, pelas razões que todos conhecemos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não há nenhuma proposta formal de nenhuma diligência adicional, com exceção das nossas audições; e já estava a ver, se houvesse a visita, ficar ameaçado este calendário que estamos a construir arduamente.

Assim, terminaria este ponto, passando ao quarto ponto, com outros assuntos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não havendo outros assuntos a tratar, daria por terminada a reunião, sendo que amanhã teremos audição às 15 horas, com o esclarecimento, que já foi prestado, de que, neste momento, a depoente é a ex-Presidente da APFLOR (Associação dos Produtores e Proprietários Florestais no Concelho de Pedrógão Grande)

Está encerrada a reunião.

Eram 16 horas e 35 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.